



**MINISTÉRIO DO TRABALHO  
CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO - CNIg**

**- ATA -**

**II REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE  
IMIGRAÇÃO - CNIg**

**Dia: 14 de março de 2017**

**Brasília – DF**

**MINISTÉRIO DO TRABALHO  
CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO – CNIg**

**MINUTA**

**Ata da II Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração – CNIg**

**Dia:** 14/03/2017

**Hora:** 09:00 horas

**Local:** Sala de Reuniões 433 – 4º Andar – Edifício Sede do Ministério do Trabalho–  
Esplanada dos Ministérios – Bloco F – Brasília – Distrito Federal.

1 Aos quatorze dias do mês de março de dois mil e dezessete, às nove horas, na Sala de  
2 Reuniões 433, do Edifício Sede do Ministério do Trabalho, Esplanada dos Ministérios,  
3 Brasília, Distrito Federal, sob a presidência do **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo da**  
4 **Silva**, teve início a Segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração –  
5 CNIg. Expedida a convocatória a todos os membros, Titulares e Suplentes, estavam  
6 presentes os representantes do Poder Público e da Sociedade Civil: Sr. Rinaldo  
7 Gonçalves de Almeida, representante do Ministério do Trabalho (**MTb**); Sr. André Zaca  
8 Furquim, representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública (**MJSP**); Sr.  
9 Embaixador Rubens Gama Dias Filho e o Sr. Paulo Gustavo Iansen de Sant’Ana,  
10 representantes do Ministério das Relações Exteriores (**MRE**); Sr. Osório Vilela Filho,  
11 representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (**MAPA**); Sr.  
12 Bruno Pereira Rezende, representante do Ministério da Saúde (**MS**); Sra. Edna de Souza  
13 Cesetti e o Sr. Alcebíades Gomes Pereira, representantes do Ministério da Indústria,  
14 Comércio e Serviços (**MDIC**); Sra. Lídia Miranda de Lima, representante do Ministério  
15 da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (**MCTI**); Sra. Maria Auriana Pinto  
16 Diniz, representante do Ministério da Educação (**MEC**); Sra. Daniela Bohn Hamilton,  
17 representante do Ministério do Turismo (**MTur**); Sr. Odilon dos Santos Braga,  
18 representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (**CTB**); Sra. Clair  
19 Siobhan Ruppert, representante da Central Única dos Trabalhadores (**CUT**); Sr. Elias

20 Ferreira, representante da Força Sindical (**FS**); Sr. Edson Stefani, representante da  
21 União Geral dos Trabalhadores (**UGT**); Sr. Karl Udo Heinrichs, representante da Central  
22 dos Sindicatos Brasileiros (**CSB**); Sra. Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do Canto,  
23 representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo  
24 (**CNC**); Sra. Chistina Aires Corrêa Lima, representante da Confederação Nacional da  
25 Indústria (CNI); Sr. Rodrigo Hugueney do Amaral Mello, representante da  
26 Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (**CNA**); Sr. Thiago Luiz Tichetti,  
27 representante da Confederação Nacional do Transporte (**CNT**); Sra. Bela Feldman  
28 Bianco, representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**). Dos  
29 Observadores: Sr. Raimundo Jorge Santos Seixas, representante da Agência Brasileira  
30 de Inteligência (**ABIN**); Sra. Isabel Marques, representante do Alto Comissariado da  
31 Nações Unidas (**ACNUR**); Sra. Daya Hayakawa Almeida, representante do Centro  
32 Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias (**ICMPD**); Sr. Duval  
33 Magalhães Fernandes, representante da Comissão Nacional para a População e  
34 Desenvolvimento (**CNPD**); Sr. Gustavo Zortéa da Silva, representante da Defensoria  
35 Pública da União (**DPU**); Sra. Ir. Rosita Milesi, representante do Instituto Migrações e  
36 Direitos Humanos (**IMDH**); Sr. Fernando Vicente Alves Belarmino de Macedo,  
37 representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (**MDSA**); Sr. João  
38 Akira Omoto, representante do Ministério Público Federal (**MPF**); Sra. Cristiane Maria  
39 S. Lopes, representante do Ministério Público do Trabalho (**MPT**); Sra. Cynthia  
40 Sampaio e Sra. Thaís Dias Fortuna, representantes da Organização Internacional do  
41 Trabalho (**OIT**); Sr. Alexandre Patury e a Sr. Flávio Diniz, representantes da Polícia  
42 Federal (**PF**); e o Sr. Fabio Costa de Souza, representante da Secretaria de Políticas  
43 Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho (**SPPE/MTb**). Dos Servidores da  
44 Coordenação de Apoio ao Conselho Nacional de Imigração: Sr. Luiz Alberto Matos dos  
45 Santos; Sra. Ana Paula Santos da Silva; Sra. Ana Priscila Martins da Cruz; Sra. Glenda  
46 Cristine Cruz Corrêa. E dos convidados: Sra. Marília F. R. de Macedo e a Sra. Dina  
47 Araújo, representantes do Observatório Migrações Internacionais (**OBMigra**); Sr.  
48 Leonardo Cavalcanti, representante da Universidade de Brasília (**UnB**); Sr. Marcelo  
49 Torelly, representante da Organização Internacional para as Migrações (**OIM**); Sra.  
50 Livia G. Guimarães Padilha, representante da Defensora Pública da União (**DPU**); Sra.

51 Carolina Belisário, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e  
52 Abastecimento (MAPA); Sr. Carlos Augusto Muller, representante da Confederação  
53 Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e Aéreo, na Pesca e nos Portos  
54 (CONTTMAF). Justificada a ausência do Sr Valdir Vicente de Barros, representante da  
55 União Geral dos Trabalhadores (UGT). **ABERTURA: O Sr. Presidente Hugo**  
56 **Medeiros Gallo da Silva** deu início a Segunda Reunião Ordinária do Conselho  
57 Nacional de Imigração falando do desafio e da satisfação em presidir um Conselho que  
58 tem um papel tão importante perante a sociedade e perante aos assuntos migratórios do  
59 país e, expressou o seu desejo em contar com a experiência e a ajuda de todos na  
60 construção da Política de Imigração e, principalmente, na aprovação do Projeto de Lei  
61 da nova Lei de Migração. Discorreu sobre a reunião convocada pelo TCU, onde se  
62 esclareceu ao Tribunal de Contas da União como é a atuação do CNIg e do CONARE na  
63 área da Migração. Na sequência, elogiou a iniciativa do MPF em realizar uma missão à  
64 Roraima, com o intuito de verificar “*in loco*” a situação dos migrantes venezuelanos.  
65 Iniciando formalmente a II Reunião Ordinária do CNIg de 2017, instou a aprovação da  
66 Agenda: 1) Abertura; 2) Aprovação da Agenda Provisória; 3) Aprovação da Ata da I  
67 Reunião Ordinária do CNIg do corrente ano; 4) Relato dos GT's: a) Análise dos novos  
68 fluxos migratórios ao Brasil; b) Fórum de Participação Social; 5) Assuntos diversos: a)  
69 Resolução Administrativa nº 14/2017 – Disciplina a participação de Observadores nas  
70 reuniões do Conselho Nacional de Imigração; b) Solicitação de Passagens – aplicação da  
71 Instrução Normativa nº 03/2015 do MPOG; c) Atualização das Resoluções Normativas  
72 nº 62/2004 e 118/2015 – novo sistema do Banco Central de Gestão de Investimento  
73 Estrangeiro; e 6) Processos a serem relatados. Dando continuidade, solicitou a inclusão  
74 da proposta de elaboração de Minuta para tratar do tema referente à Ordem dos Músicos.  
75 Havendo o consenso de todos, deu-se por aprovada a Agenda Provisória da II Reunião  
76 Ordinária do CNIg do ano de 2017. Com a palavra, a **Sra. Bela Feldman** sugeriu que o  
77 Conselho fizesse uma homenagem ao Dr. Paulo Sérgio de Almeida (ex-Presidente do  
78 CNIg). Em resposta a sugestão, o **Sr. Luiz Alberto Matos dos Santos** informou que a  
79 Secretaria do Conselho já tem a proposta de homenageá-lo na próxima reunião ordinária  
80 do CNIg. Na sequência, o **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva** passou para o  
81 próximo ponto da pauta: **Aprovação da Ata da I Reunião Ordinária do CNIg de**

82 **2017**. Não havendo manifestações, a ata foi APROVADA, e passou-se, então, aos  
83 Relatos dos Grupos de Trabalho, a começar pela: **Análise dos novos fluxos migratórios**  
84 **ao Brasil**, e convidou o Dr. Akira para fazer sua exposição sobre a missão à Roraima.  
85 Com a palavra, o **Sr. João Akira Omoto** explanou que durante os dias 08 a 10 de  
86 março, os representantes do Governo: Casa Civil, Ministério do Desenvolvimento Social  
87 e Agrário e Ministério do Trabalho, além de representantes de organismos internacionais  
88 e sociedade civil, estiveram presentes em Roraima, na Capital de Boa Vista e no  
89 Município de Pacaraima, onde efetuaram visitas aos locais onde encontram-se abrigados  
90 migrantes venezuelanos indígenas e não-indígenas, e constatam que na cidade de  
91 Pacaraima praticamente todos estão morando na rua, pois, não existe um abrigo.  
92 Informou que, no dia 10, foi realizada uma Audiência Pública na Universidade Federal  
93 de Roraima com quatro mesas de trabalho, com os seguintes objetivos: i) tratar da  
94 questão de documentação (regularidade migratória, a questão de refúgio e da autorização  
95 de residência temporária); ii) tratar da questão de abrigamento, acesso ao trabalho e  
96 alguns outros aspectos; iii) tratar da questão dos indígenas; e iv) verificar o impacto da  
97 migração sobre serviços de Saúde e Educação. Dando sequência, passou a apontar suas  
98 principais observações, dentre elas: i) a enorme dificuldade das autoridades locais para  
99 trabalhar e se comunicarem; ii) a grande “falta de vontade” das autoridades do  
100 Município de Boa Vista; iii) abrigos totalmente inapropriados, insalubres e sem  
101 saneamento; e iv) o grupo liderado pela “Fraternidade”, instituição da sociedade civil,  
102 que tem algum respaldo e apoio para os migrantes, tem grandes dificuldades para cuidar  
103 da alimentação das pessoas. Continuou sua exposição apontando que, em relação a  
104 documentação, haverá dificuldades na implementação da Resolução 126 do CNIg, até  
105 porque muitos se sentem como refugiados e outros são totalmente desinformados quanto  
106 aos procedimentos, além disso, o valor da taxa é outro entrave para essa regularização.  
107 Citou também, o fato de que os indígenas não possuem documentação, o que dificulta o  
108 pedido de residência temporária. Informou que solicitou uma reunião entre a FUNAI e o  
109 MRE, com o intuito de discutir soluções e avaliar a situação dos indígenas, já que não se  
110 encaixam nem em refúgio e nem em residência temporária. Pontuou que, quanto ao  
111 abrigamento, será fundamental o apoio Federal, através da transferência de recursos para  
112 o suporte, principalmente nas áreas de Educação e Saúde. Destacou ainda, a questão da

113 discriminação e da xenofobia que aparecem claramente na sociedade de Roraima e em  
114 alguns segmentos do Governo. Por fim, esclareceu que, os migrantes venezuelanos, nada  
115 tem a ver com o aumento da criminalidade na região, desmentindo o que vem sendo  
116 veiculado na Imprensa. De posse da palavra, a Antropóloga do Ministério Público  
117 Federal, **Sra. Luciana Ramos** discorreu sobre o relatório da questão indígena,  
118 destacando o trabalho inicial de mapeamento dos índios Warao, na busca de identificar  
119 os principais motivos de seu deslocamento para o Brasil. Explanou que é uma população  
120 de mais de 40 mil pessoas na Venezuela e que residem há pelo menos 6 mil anos no  
121 Delta do Rio Orinoco, com uma língua influenciada por outros troncos linguísticos,  
122 como: Caribe e Aruaque dentre outros. Destacou que a manutenção do seu modo de vida  
123 é devido às características ecológicas da região do Orinoco, que impossibilitam a  
124 instalação de missões religiosas. Porém, no século XX começaram as intervenções no  
125 seu território o que culminou na primeira saída dos Warao de dentro de seu território  
126 histórico para a cidade, mais especificamente na década de 50. A **Sra. Luciana Ramos**  
127 informou que na década de 60 aconteceu uma grande intervenção no Delta do Orinoco,  
128 ocasionando uma série de conseqüências ambientais para a área, obrigando a remoção de  
129 parte da população para três povoamentos montados em áreas urbanas. Explicou que  
130 com a chegada da extração de petróleo na região, a vida da população foi comprometida,  
131 o que resultou na sua chegada à Caracas. Disse que o trabalho de campo levantou que o  
132 movimento que os Warao fazem para o Brasil é o mesmo feito há décadas na capital  
133 venezuelana, porém, com a crise econômica e o cancelamento dos programas sociais do  
134 Governo Venezuelano, o sistema de coleta de recursos foi comprometido e resultou na  
135 busca de recursos no Brasil. Identificou-se que o número de Warao, dificilmente, será  
136 superior aos 600, tendo sua maior aglomeração entre outubro e dezembro, e, logo em  
137 seguida, começa a redução. Concluindo sua fala, sugeriu que fossem feitas pesquisas  
138 através de Universidades, para aprofundar o conhecimento sobre o povo Warao e uma  
139 maior coleta de dados. O Sr. **João Akira Omoto** complementou falando do esforço para  
140 o levantamento de tantas informações em tão pouco tempo, e falou da necessidade de se  
141 pensar em Políticas Públicas ou soluções a partir de informações mais precisas,  
142 inclusive, da necessidade de se consultar os padrões estabelecidos na legislação  
143 internacional. Considerou desastrosa a iniciativa de levar esse grupo para o convívio

144 com grupos indígenas brasileiros, pois o Governo lida muito mal com sua própria  
145 população indígena. Destacou que, no Brasil, não existe nenhum grupo indígena tão  
146 grande quanto o Warao e deixou claro que, uma solução apenas não atenderá a todos os  
147 Warao. Discorreu dizendo que será necessária uma permanente interlocução e o  
148 envolvimento das universidades para que se conheça melhor a realidade desse grupo.  
149 Finalizando, o **Sr. João Akira Omoto** destacou que o grupo Warao possui orientação e  
150 dinâmica própria, logo, o abrigo não será capaz de mantê-los na região. Com a  
151 palavra, o **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva** deu as boas-vindas ao  
152 Conselheiro Bruno Pereira Resende, do Ministério da Saúde e a Sra. Isabel Marquez,  
153 representante do ACNUR. Na sequência, sugeriu que o grupo de trabalho discutisse a  
154 análise dos fluxos migratórios, buscando um conhecimento mais aprofundado sobre a  
155 questão dos indígenas. Logo após, passou a palavra ao **Sr. Osório**, que relatou  
156 resumidamente o ocorrido no dia anterior na reunião do GT. Iniciou ao expor a necessidade  
157 de se pensar no que pode ser feito com os venezuelanos (que incluem indígenas) que  
158 começam a migrar para Manaus. Foi dito que o governo estadual tem articulado o repasse de  
159 verbas junto ao governo federal, por meio do MDSA, medida essencial para resolver as  
160 questões de trabalho, saúde e educação dos migrantes. Também explicou que há discussão  
161 interna entre a Polícia Federal e o Ministério da Justiça para que o agendamento dos pedidos  
162 de refúgio e de permanência sejam realizados em Pacaraima, RR, o que evitaria  
163 deslocamento dos migrantes para outras localidades; e alertou sobre um possível surto de  
164 catapora, devido ao não-isolamento dos indígenas que contraíram a doença e a falta da  
165 medicação necessária para o tratamento. Após suas breves considerações, o **Sr.**  
166 **Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva** disponibilizou a palavra aos Conselheiros.  
167 Em suas manifestações, a **Sra. Cristiane Maria S. Lopes** parabenizou a iniciativa da  
168 visita técnica a Roraima. Informou que o MPT esteve presente, acompanhando a visita e  
169 destacou três pontos apontados pelos Procuradores: i) a necessidade de utilizar os  
170 mecanismos de apoio Federal para a situação; ii) os relatos de exploração do trabalho  
171 que estão acontecendo na região; e iii) a existência de pessoas altamente qualificadas,  
172 trabalhando em subempregos. Como encaminhamento, a **Sra. Cristiane Maria S.**  
173 **Lopes** propôs que o MPT continuasse a discussão com o Ministério do Trabalho e a  
174 Justiça do Trabalho, para realizar ações de fiscalização, na tentativa de coibir as práticas  
175 abusivas recorrentes e oferecer dignidade humana aos venezuelanos, afim de que

176 consigam sua autossustentação, evitando o deslocamento deles para outras regiões. Em  
177 seguida, a **Sra. Bela Feldman Bianco** parabenizou o Dr. Akira pela iniciativa e propôs a  
178 livre circulação para os migrantes na fronteira. Fazendo uso da palavra, o **Sr. Alexandre**  
179 **Rabelo Patury** pontuou alguns problemas crônicos de infraestrutura em Pacaraima,  
180 principalmente em relação a energia e a internet. Externou, mais uma vez, que não  
181 houve a deportação dos 450 indígenas, mas, sim, a notificação para a deportação e  
182 enfatizou a necessidade de uma atividade de regularização migratória no país. Explanou  
183 que a Polícia Federal tem uma enorme preocupação com o caráter humanitário, porém,  
184 não é um órgão político e precisa fazer cumprir a Lei e a normas estabelecidas pelos  
185 órgãos de controle. Continuando o debate, a **Sra. Ir. Rosita Milesi** pontuou que nem  
186 sempre o problema é a falta de políticas, mas os mecanismos que acabam inviabilizando  
187 a aplicabilidade das políticas já existentes. Pontuou, mais uma vez, sua preocupação com  
188 as crianças que se encontram sem acesso à escola e a cuidados básicos, como: saúde e  
189 alimentação. Ressaltou a necessidade de prevenção às distorções, principalmente com  
190 relação à xenofobia que tanto prejudica a imagem desses migrantes. Com a palavra, o  
191 **Sr. Edson Stefani** destacou sua preocupação com a questão humanitária, porém,  
192 enfatizou que o país não está conseguindo resolver a gama de problemas de sua própria  
193 população, principalmente, quando se fala de saúde e emprego. Antes de prosseguir com  
194 as contribuições sobre o tema, o **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva**  
195 ressaltou a preocupação da Casa Civil quanto aos problemas da sociedade brasileira e  
196 discorreu dizendo que estão sendo analisadas ações no sentido de atender não somente  
197 aos venezuelanos, mas a toda população brasileira. Fazendo uma breve interlocução com  
198 a fala do Conselheiro Edson, a **Sra. Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do**  
199 **Canto** demonstrou sua preocupação com as condições do país, porém, destacou que o  
200 papel do Conselho é no sentido de conciliar todas as variáveis e buscar soluções para os  
201 que necessitam de ajuda no Brasil. O **Sr. Odilon dos Santos Braga** abordando sobre os  
202 questionamentos feitos, relativos a RN 126, disse que era sabido sobre a cobrança das  
203 taxas, o que torna sem sentido tais reclamações por parte dos Conselheiros,  
204 principalmente, quanto a sua aplicabilidade. A **Sra. Christina Aires Corrêa Lima**  
205 pontuou que, ao Conselho, cabe avaliar a questão imigratória e demonstrou sua  
206 preocupação com a proposta de livre circulação nas fronteiras, causando falsa esperança



207 e deixando esses migrantes em situação pior que a anterior. Com a palavra, a  
208 representante do ACNUR, a **Sra. Isabel Marquez** parabenizou o Dr. Akira e sua equipe,  
209 e pontuou que o ACNUR fez quatro missões a Roraima, onde realizou entrevistas  
210 pontuais com os venezuelanos e identificou-se que a maioria dos migrantes não estão  
211 buscando alimento ou melhorias econômicas e sim, refúgio legítimo, questão de vida.  
212 Informou que o CONARE aguarda ansioso a aprovação da RN 126 para continuar  
213 examinando os pedidos de refúgio que, muitas vezes, são pedidos urgentes de proteção  
214 internacional e concluiu informando que a ONU e outras agências, como: UNICEF e  
215 OIT, dentre outras, darão total apoio no enfrentamento da situação dos refugiados.  
216 Fazendo uso da palavra, a **Sra. Daya Hayakawa Almeida** indagou a veracidade dos  
217 relatos sobre o tráfico de pessoas. Em resposta, a **Sra. Luciana Ramos** disse não haver  
218 nenhuma evidência, nem mesmo relato por parte dos venezuelanos. O **Sr. Osório Vilela**  
219 **Filho** contribuiu para o enriquecimento do debate, indagando se o Brasil faz parte da  
220 Convenção que autoriza a livre circulação nas fronteiras. Em resposta, o **Sr.**  
221 **Embaixador Rubens Gama Dias Filho** informou que existe uma discussão sobre o  
222 Fórum Indígena no âmbito do MERCOSUL com a previsão de um estatuto específico,  
223 no entanto, disse não haver nada conclusivo sobre o tema. Dando sequência ao debate, o  
224 **Sr. Alexandre Rabelo Patury** teceu algumas considerações quanto à gratuidade e a  
225 implementação da RN 126 e mostrou-se favorável a isso, pelo menos, do primeiro  
226 documento com base na Constituição Federal e sugeriu aguardar uns dois meses para  
227 avaliar o resultado da adesão da Resolução. Fazendo uso da palavra, o **Sr. João Akira**  
228 **Omoto** disse ser necessário analisar a questão da fronteira além da crise migratória,  
229 devido a intensa e histórica troca na fronteira Brasil/Venezuela, fator que contribui para  
230 o desenvolvimento econômico de Roraima. O **Sr. André Zaca Furquim** lembrou que o  
231 novo Projeto de Lei de Imigração que tramita no Senado prevê a isenção da cobrança da  
232 taxa mediante a declaração de hipossuficiência do migrante, ressaltando que isenções de  
233 taxas são possíveis apenas mediante lei. . Esclareceu que o MJ aguarda a chegada de uma  
234 petição assinada conjuntamente pelo MPF, DPU e IMDH, para que possa ser verificado qual  
235 o instrumento necessário para se alcançar a isenção de taxas ou ao menos a redução de seus  
236 valores. Afirmou que há estudos ainda em andamento sobre a possível aplicação aos  
237 estrangeiros, por analogia, de dispositivos que preveem a isenção de taxas para emissão de  
238 documentos de identificação civil. Dando continuidade nos seus apontamentos, pediu mais

239 atenção a todos quando se referissem ao instituto do refúgio diante de sua banalização,  
240 ressaltando que o CONARE, colegiado responsável pela apreciação e decisão dos pedidos  
241 de refúgio, enfrenta enormes dificuldades. Dando continuidade na agenda, o **Sr.**  
242 **Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva** convidou o Sr. Rinaldo Gonçalves de  
243 Almeida para apresentar os relatos do Grupo de Trabalho, sobre: o **Fórum de**  
244 **Participação Social.** Que, fazendo uso da palavra, destacou a longa experiência do  
245 Conselho na questão migratória em um formato tripartite. Explicitou que o Fórum surgiu  
246 dando mais oportunidade à sociedade civil e ao migrante. Informou que o grupo de  
247 trabalho apresentou um primeiro esboço de demandas para os sete eixos de trabalho  
248 produzidos no Fórum. O **Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida** pontuou que a partir das  
249 deliberações do Fórum foi elaborada a Carta de São Paulo, que passa a ser uma semente  
250 para novas demandas do Conselho, inclusive para uma nova reunião presencial entre os  
251 atores. Falou da responsabilidade do Conselho em dar respostas aos participantes,  
252 mesmo quando se tratar de assuntos não afetos ao CNIg, com o intuito de nortear as  
253 lideranças e entidades quanto aos procedimentos a serem adotados, e propôs uma  
254 colaboração extra dos Conselheiros, principalmente dos Coordenadores de Mesa, na  
255 busca de respostas, soluções e encaminhamentos para as ações mais imediatas para uma  
256 posterior compilação de todos os apontamentos sugeridos no GT. Na sequência, o **Sr.**  
257 **Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva** sugeriu o prazo de uma semana para o envio  
258 dos apontamentos para que o Conselheiro, Sr. Rinaldo e o Coordenador do CNIg, Sr.  
259 Luiz Alberto realizem a compilação das informações. Não havendo discordância do  
260 Plenário, passou ao próximo ponto de pauta: **Assuntos Diversos.** Com relação a  
261 Resolução Administrativa nº 14, o **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva**  
262 sugeriu a prorrogação da participação dos Observadores no CNIg pelo prazo de mais um  
263 ano. Com a palavra, o **Sr. Luiz Alberto Matos dos Santos** sugeriu a prorrogação por  
264 mais dois meses para que fosse feito os ajustes das novas nomenclaturas, devido as  
265 várias mudanças ocorridas nos Ministérios e, após esse período, a redação final da  
266 Resolução com a prorrogação por mais 12 meses viria à Plenário, para a aprovação.  
267 Havendo consenso de todos, o **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva** aprovou  
268 a prorrogação e passou ao próximo tópico: **Solicitação de Passagens.** Fazendo uso da  
269 palavra, a **Sra. Ana Paula Santos da Silva** comunicou aos Conselheiros a determinação

270 do MPOG da necessidade de cumprimento dos prazos para confirmação, horários e  
271 prestação de contas das passagens solicitadas pelo CNIg e, informou que o Conselho  
272 fará um esforço, no sentido de que as convocações e convites sejam realizados com  
273 antecedência mínima de 15 dias, com a finalidade de sanar possíveis discrepâncias  
274 relativas as determinações da Instrução Normativa 03/2015 do MPOG. Logo após, o **Sr.**  
275 **Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva** prosseguiu com a agenda abordando a  
276 Atualização das Resoluções Normativas nº 62/2004 e 118/2015 – novo sistema do  
277 Banco Central de Gestão de Investimento Estrangeiro. Informou que, devido uma  
278 reformulação no sistema do Banco Central, a declaração para dar informações junto ao  
279 sistema do Banco Central não é mais suficiente, sendo necessário a atualização das duas  
280 Resoluções para atender as exigências do novo formulário e passou a palavra ao **Sr.**  
281 **Luiz Alberto Matos dos Santos**, para que apresentasse as propostas de redação e  
282 documentos necessários para a concessão do investimento estrangeiro. Com a palavra, o  
283 Coordenador de Apoio ao CNIg, informou que o Banco Central passou a não receber o  
284 Contrato de Câmbio para a emissão do Registro Declaratório de Investimento Externo  
285 Direto no Brasil, pois agora é o próprio interessado que insere as informações no Quadro  
286 Geral Societário; só após essa fase, é solicitado o Contrato de Câmbio para análise.  
287 Informou que essas atualizações nas resoluções são necessárias para que haja adequação  
288 ao novo sistema do Banco Central. Pedindo a palavra, o **Sr. Odilon dos Santos Braga**  
289 sugeriu a atualização das siglas. Mediante à anuência de todos os Conselheiros, o **Sr.**  
290 **Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva** aprovou o encaminhamento sugerido e as  
291 alterações nas referidas Resoluções; na sequência, deu início aos Relatos dos Processos.

292 Relato dos Processos:

293 1) Relator: **MJ**; Processo: **46094.033417/2012-08**; Nome do estrangeiro: Augustine  
294 Obinna Uka; País: Serra Leoa; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo  
295 de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo  
296 INDEFERIMENTO, acompanhando o voto do Relator. 2) Relator: **MAPA**; Processo:  
297 **46215.092330/2016-74**; Nome do estrangeiro: Ramiro Benitez Gonzalez; País: Espanha;  
298 Chamante: Tais dos Santos Gonzalez Jacob; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanência  
299 Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO,  
300 acompanhando o voto do Relator. 3) Relator: **MDIC**; Processo: **46094.000245/2016-10**;

301 Nome do estrangeiro: Hassan Bazzi; País: Líbano; Chamante: Hassan Bazzi; UF: SP;  
302 Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, colocar em  
303 EXIGÊNCIA, acompanhando o voto do Relator. **4) Relator: MCTI; Processo:**  
304 **46215.089597/2016-84;** Nome do estrangeiro: Zurema Patrícia de Sousa Gaspar; País:  
305 Angola; Chamante: Zurema Patrícia de Sousa Gaspar; UF: RJ; Tipo de Visto:  
306 Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo encaminhamento ao MJ  
307 para providências. **5) Relator: UGT; Processo: 46094.000242/2016-78;** Nome do  
308 estrangeiro: Lander Gaztelumendi Iriarte; País: Espanha; Chamante: Associação  
309 Marianista de Educação e Cultura; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O  
310 Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO, acompanhando o voto do  
311 Relator. **6) Relator: CNC; Processo: 49094.000002/2017-54;** Nome do estrangeiro:  
312 Adriano Caboni; País: Itália; Chamante: Banco BNP Paribas Brasil S.A.; UF: SP; Tipo  
313 de Visto: Temporário; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo  
314 DEFERIMENTO, acompanhando o voto do Relator.

315 Processos retirados de pauta:

316 1) **46094.000131/2016-61;** 2) **46094.000132/2016-14;** 3) **46094.000214/2016-51;**  
317 4) **46215.083381/2016-13;** 5) **08506.017603/2016-37;** 6) **46094.000249/2016-**  
318 **90;** 7) **46094.000128/2016-48.**

319 Os seguintes processos foram indeferidos “*Ad Referendum*”, por não tratar-se de  
320 situação especial e/ou casos omissos, e o indeferimento foi referendado pelo Plenário:

321 1) **46094.000223/2016-41;** 2) **46094.000246/2016-56;** 3) **46094.000241/2016-**  
322 **23.**

323 O Processo **08391.005058/2014-17** foi encaminhado ao MJ.

324 **ENCAMINHAMENTOS:** A Secretaria deverá providenciar a convocatória para os  
325 Grupos de Trabalho, com o início dos trabalhos programados para às 14h00. O CNIg,  
326 juntamente com a Secretaria e a Coordenação-Geral de Imigração deverão minutar a  
327 alteração das Resoluções 62 e 118, e encaminhá-las antes da próxima reunião para que  
328 as Resoluções sejam aprovada na reunião de abril.

329 **ENCERRAMENTO:** Após o relato dos Processos e, não havendo nada para se tratar, o  
330 **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva**, agradeceu a presença e a contribuição  
331 de todos, e encerrou a Segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração  
332 do dia quatorze de março de dois mil e dezessete.

333 **Hugo Medeiros Gallo da Silva**  
334 Ministério do Trabalho